

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado



Sede da Dataprev, em Brasília; associação de cartórios havia pedido ao CNJ homologação de convênio para integrar bases de dados

DOMINGO, 21 DE JANEIRO DE 2024 A15

CNJ investiga convênio entre cartórios e Dataprev que pode render até R\$ 1 bi

Denúncia acusa cartórios de se associarem a empresa privada para oferecer serviços com dado público

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) abriu uma investigação na corregedoria sobre um convênio entre a Arpen, associação que reúne os cartórios de registro civil do país, e a Dataprev. A Arpen havia pedido ao CNJ, em julho do ano passado, a homologação de um convênio com a Dataprev para integrar e atualizar as principais bases de dados do governo. O pedido de convênio está em análise pelo corregedor nacional de justiça, ministro Luis Felipe Salomão.

Mas o CNJ agora investiga denúncia de que os cartórios se associaram a uma empresa privada para, com base em dados públicos acessados por meio do convênio com a Dataprev, oferecer a bancos serviços antifraude de confirmação de identidade, um negócio que pode movimentar R\$ 1 bilhão por ano. A investigação teve origem em uma carta enviada ao CNJ, órgão que regula os cartórios, em 21 de novembro por Célio Ribeiro, diretor-presidente do InterID (Instituto Interacional de Identificação).

Na carta, Célio apontava para uma "sociedade da Arpen com uma empresa privada na exploração de consulta de dados biográficos e biométricos, constituindo monetização de dados dos indivíduos em parceria exclusiva com os cartórios e com acesso ao banco de dados da Empresa de Processamento de dados da Previdência Social (Dataprev)".

A Arpen entrou como sócia da empresa Confia em uma companhia chamada Gene, em 11 abril de 2023. Pouco antes, em 20 de março, a Gene havia sido transformada em uma sociedade anônima de capital fechado.

A Arpen afirma que a Gene presta serviços tecnológicos aos cartórios para estruturar os serviços de confirmação de identidade—que serão vendidos para bancos e seguradoras e para a integração das bases de dados do governo e o registro civil.

Segundo o presidente da Arpen, Gustavo Fiscarelli, o

convênio com a Dataprev, caso autorizado pelo CNJ, vai integrar as inúmeras bases de dados do governo que hoje em dia não se comunicam, como as do Ministério da Saúde, do Bolsa Família e do Ministério do Trabalho, e fará a conferência da identidade e conciliação de dados.

E a Arpen, por sua vez, prestará serviços a bancos, seguradoras, varejo —sempre sem transferir os dados, apenas confirmando ou negando a informação consultada sobre obito, estado civil, nascimento.

"Nós estamos tentando fazer de forma legal algo que esses bairros tipo Serasa e Boa Vista já fazem", disse Fiscarelli à Folha.

Embora a Arpen afirme que nem a Gene nem a Confia estejam oferecendo serviços pagos a bancos com base em associação com os cartórios, um diretor de um dos maiores bancos do país afirmou à Folha que foi procurado por um representante da Confia no final de novembro.

O representante teria oferecido serviços de checagem de identidade para evitar fraudes, afirmando ter acesso a dados em parceria com a Arpen e Dataprev.

Em uma mensagem enviada em grupo de WhatsApp de cartórios de Minas Gerais, um representante da Arpen no estado afirmou que, com o convênio com a Dataprev, eles ganhariam milhões de bancos, seguradoras e varejistas por consultas.

Ele disse também que os dados dos cartórios enviam ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil passariam a ser remunerados.

"Seria necessário comprar interesse público e razoabilidade para que os dados do registro civil fossem usados em serviços comerciais", diz Fabio Steibel, diretor-executivo do ITS (Instituto Tecnológico e Sociedade), ressaltando a natureza dual dos cartórios, entidades privadas que prestam serviços públicos, por serem uma delegação do Poder Judiciário.

A Arpen argumenta que o artigo 29 da lei 6.252/73 e o

previmento 66/2018 do CNJ permitem que eles vendam esses serviços.

A lei estabelece que os cartórios são "órgãos da cidadania" e podem prestar outros serviços remunerados, por meio de convênios com órgãos públicos e entidades interessadas. Já o provimento especifica que os serviços podem ser prestados a entidades governamentais e privadas.

Mas um potencial problema é os cartórios se valerem da posição de privacidade de acesso a dados e fecharem acordo com a Confia ou a Gene, uma empresa privada, para prestar serviços pagos", diz Steibel.

Indagado sobre o fato de os cartórios serem uma delegação do Poder Judiciário e fazerem uma sociedade com uma empresa privada para monetizar conferência de dados, Fiscarelli diz que eles têm autonomia.

"A Arpen é uma associação privada. Eu me uno a quem achar que tenho que unir. Os cartórios são uma delegação que presta o serviço público com autonomia financeira e administrativa", diz Fiscarelli.

"Se quiser fazer convênio, por exemplo, com o Bradesco, eu posso, sou entidade privada, quem vai me falar que não pode ou que pode é o CNJ".

Um dos donos da Confia Holding, sócia da Arpen, é Rafael Enrich Candellot. Candellot foi mencionado na Lava Jato por ter feito pagamentos para Eduardo Martins, filho do ex-ministro do STJ Humberto Martins.

Martins era o principal investigado da Operação Esquema S, acusado de tráfico de influência numa negociação de R\$ 40 milhões em honorários com a Comércio do Rio de Janeiro, supostamente para influenciar decisões do pai.

O STF (Supremo Tribunal Federal) arquivou a investigação. Candellot e Eduardo Martins foram sócios em uma empresa, a BP Participações.

Em 2019, autorizou a Arpen a fazer um convênio com a Dataprev.

A Arpen também repudiou

presidência por Candellot, teve como sócio até agosto do ano passado o IRTDP Brasil, instituto que reúne cartórios de registros de títulos e documentos e de pessoas jurídicas.

Segundo Rainey Marinho, presidente do IRTDP, o instituto decidiu se retirar da sociedade porque "o rumo dos acordos operacionais e comerciais em desenvolvimento se distanciava de nossa especialidade".

Rainey comanda um cartório em Macaé e tem relações próximas com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

—Cheguei até a se filiar ao PP, seis meses após Lira assumir a presidência da Câmara.

Em 2021, a então corregedora nacional de justiça, ministra Maria Theresza de Assis Moura, determinou que Rainey desviasse quase R\$ 10 milhões ao Funjuris, o Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, por valores arrecadados que o cartório teria deixado de repassar ao fundo.

A carta enviada por Célio ao CNJ se baseou, em parte, em uma apreensão da Confia, em que a empresa afirmava que, "em parceria com a Dataprev, construímos a maior e mais completa base de dados antifraude do Brasil, com mais de 245 milhões de CPFs, com a conferência de mais de 70 atributos de todos os brasileiros. A parceria resultou em uma integração de serviços que serão oferecidos tanto para o setor público quanto para o mercado privado, na sociedade Confia Holding - Dataprev".

Procurada, a Confia disse que "o PowerPoint, elaborado em 2022, era preliminar e de uso interno da Confia, continha imprecisões e dúvidas que foram posteriormente corrigidas. Recentemente, foi enviada e maliciosamente divulgada por um ente de mercado, presumidamente por meio de canais concorrenciais à Confia".

O autor da carta ao CNJ, Célio, é também presidente da Abrid (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital).

A Arpen também repudiou

ou a apresentação em PowerPoint, afirmando só ter tomado conhecimento do documento muito tempo depois, e que "estava construído com uma linguagem incorreta, termos inapropriados e fora do contexto jurídico correto. A entidade acionista a Confia sobre as incorreções do documento e exigiu sua pronta exclusão, advertindo a empresa sobre o erro cometido".

O site da Confia foi retirado do ar no final do ano passado. Muitas das informações da apresentação de PowerPoint estavam disponíveis no site até agosto de 2023, conforme mostra o arquivo Wayback Machine.

Entidades, empresa e estatal negam irregularidades

OUTRO LADO

A Confia, por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que "nem a Polícia Federal nem quaisquer autoridades envolvidas na operação investigativa citada jamais fizeram citação, intimações ou notificações relativas a Candellot" e o processo foi "suspensado e arquivado por decisão do Supremo Tribunal Federal. Portanto, nem mesmo o alvo da operação foi responsabilizado por qualquer fato".

A empresa afirma também que a Arpen celebra seus próprios contratos e convênios (respaldados pela legislação e homologações junto ao CNJ) e conta com a Gene para atender as respectivas necessidades tecnológicas.

Segundo a assessoria do IRTDP, Rainey Marinho é "há muitos anos, uma pessoa proeminente no ambiente oficial de seu estado de origem, fato que o leva a ter reiteradas interfaces com a maior parte das autoridades alagoanas, como presidente de diversas entidades de classe dos cartórios (Anoreg-AL e IRTDP Brasil), faz parte de suas atribuições realizar agendas e apresentar os interesses dos cartórios junto às principais pessoas públicas do estado e também em nível federal, incluindo não apenas o atual presidente da Câmara dos Deputados (Arthur Lira) mas também inúmeras personalidades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O fato de posar suas redes sociais em fotografias das agendas com autoridades se justifica como prestação de contas e demonstração de prestígio das entidades que preside".

Em relação à decisão da então corregedora Maria Theresza de Assis Moura, a assessoria do IRTDP disse que ela "se deu em um procedimento em que foi desrespeitado o contraditório e ampla defesa, fato expressamente reconhecido em decisão favorável ao sr. Rainey no Supremo Tribunal Federal. Após o reconhecimento do direito de defesa do sr. Rainey, foram apresentadas suas alegações ao atual corregedor, ainda pendentes de análise".

A assessoria também disse que "não houve qualquer enriquecimento ou percebimento de valores a mais pelo sr. Rainey".

Procurada, a Dataprev disse não ter nenhuma relação comercial com a Confia. Afirma que o convênio com a Arpen "prevê uma mudança no modelo de integração, conectando os dados e serviços de registro civil aos serviços de governo".

“A Arpen é uma associação privada. Eu me uno a quem achar que tenho que unir. Os cartórios são uma delegação que presta o serviço público com autonomia financeira e administrativa”

Gustavo Fiscarelli presidente da Arpen

“Seria necessário comprovar interesse público e razoabilidade para que os dados do registro civil fossem usados em serviços cobrados”

Fabio Steibel diretor-executivo do ITS (Instituto Tecnológico e Sociedade)

“[O convênio com a Arpen] prevê uma mudança no modelo de integração, conectando os dados e serviços de registro civil aos serviços de governo”

Dataprev em nota